



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000455486

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 9094316-71.2008.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é apelante FASHION DESIGNERS CABELEIREIROS LTDA ME, é apelado THIARA PAIVA VILELA.

ACORDAM, em 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ALVARO PASSOS (Presidente) e LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ.

São Paulo, 4 de setembro de 2012.

José Joaquim dos Santos
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 11067

Apelação Cível nº 9094316-71.2008.8.26.0000

Apelante: FASHION DESIGNERS CABELEIREIROS LTDA. ME.

Apelada: THIARA PAIVA VILELA

Comarca: 4ª Vara Cível da Comarca de São Paulo – Regional de Santana

Juiz: Dr. José Luiz de Carvalho

Responsabilidade Civil. Indenização por danos morais e materiais. Publicação desautorizada de foto de modelo em anúncio publicitário.

Danos morais. Direito à imagem. Evidente violação à honra subjetiva da autora. Indenização devida. Súmula 403, STJ. Valor deve refletir a reprovabilidade da conduta do ofensor sem, contudo, servir de estímulo ao enriquecimento sem causa do ofendido. Cabível a redução dos valores arbitrados, levando-se em conta critérios de proporcionalidade.

Danos materiais evidentes na medida em que o uso da imagem da autora se deu justamente em seu segmento profissional. Valor que deve corresponder à remuneração que seria recebida por trabalho regularmente contratado. Orçamentos divergentes. Cabível a redução para a média dos orçamentos trazidos. Recurso provido em parte.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais julgada procedente pela r. sentença de fls. 153/160, de relatório adotado, para condenar a requerida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 8.000,00, a título de danos materiais, e de 20 salários mínimos, a título de danos morais.

Inconformada, apela a ré às fls.162/173, pugnando pela reforma do julgado. Reclama que a r. sentença violou o artigo 333, I, do CPC, eis que a apelada deixou de provar que: 1) era modelo, trazendo o contrato firmado com a L'Oreal para atuar como modelo da marca; 2) sofreu dano com o ocorrido. Conta que as testemunhas comprovaram que o fotógrafo que tirou as fotos do evento que a autora participou distribuiu um CD com aquelas fotografias para que os cabeleireiros pudessem promover os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

respectivos salões. Subsidiariamente, quer a redução da indenização arbitrada.

Recebido o recurso em ambos os efeitos (fls. 174), vieram contrarrazões às fls. 181/186.

É o relatório.

A presente ação versa sobre pedido de indenização por danos materiais e morais, fundado em uso indevido da imagem da autora em campanha publicitária do salão de cabeleireiro da empresa ré. Conta a autora que as fotos utilizadas foram tiradas em anterior desfile de promoção da empresa L'Oreal para o qual foi contratada, tendo autorizado apenas a divulgação de sua imagem associada àquele desfile ou a uma das empresas para qual estava prestando serviços. Alega que, com o uso desautorizado de sua imagem, sofreu grave violação ao seu direito de imagem, devendo, por isso, ser indenizada.

Pois bem.

O ilícito praticado restou amplamente comprovado pelos documentos trazidos pela demandante. Não tendo havido comprovação da existência de autorização para a utilização de qualquer fotografia envolvendo a imagem da autora na divulgação do estabelecimento da requerida, evidente é o uso ilegal de sua imagem. Ora, inafastável é a conclusão de que a exploração da imagem alheia com fins lucrativos tem o intuito de tirar proveito do poder atrativo da imagem da pessoa, o que, por si só, enseja danos morais indenizáveis, na esteira do que dispõem os artigos 5º,

² Artigo 5º, X, CF. "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

, da Constituição Federal² e 21, do Código Civil³.

Nesse sentido é o entendimento cristalizado na Súmula 403 do C. Superior Tribunal de Justiça:

“Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.

E nem se alegue que a autora não se desincumbiu do ônus de comprovar que a utilização de sua imagem foi indevida. Com efeito, cabe a quem exerce a atividade comercial lucrativa com a exploração da imagem alheia o dever legal de precaver-se quanto aos riscos de violar os direitos de terceiros. Dessa forma, a presunção é de não autorização, não sendo da autora o ônus de demonstrar, estreme de dúvidas, a discordância, e sim da ré o ônus de demonstrar, de maneira cabal, a anuência das pessoas das quais utiliza a imagem em sua atividade comercial.

No que se refere ao dano material, outro não é o destino do recurso.

Sendo a autora modelo profissional e tendo o uso de sua imagem se dado justamente no segmento de atividade a que se dedica, evidente que sofre também danos materiais, considerando-se o valor que receberia pelo trabalho. Nas palavras do e. desembargador Fábio Tabosa em caso símile ao dos autos, ***“Imaginar solução diversa faria com que o profissional fosse, nessa órbita, equiparado a uma pessoa comum,***

³ Art. 21, CC. “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”.

² Artigo 5º, X, CF. “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

³ Art. 21, CC. “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

atentando-se para a lesão a direito da personalidade mas ignorando-se a perspectiva de ganho que naturalmente estaria associada ao uso consentido, além de prestigiar-se o enriquecimento sem causa da parte do ofensor, pelo proveito econômico afinal experimentado com o uso indevido. Mais ainda: abriria as portas a que empresas inescrupulosas passassem a assumir o risco de indenizações por dano moral e a investir no uso indiscriminado e não autorizado da imagem de personalidades famosas ou profissionais bem remunerados, sem precisar assumir os custos correspondentes, por vezes muito mais elevados.” (Apelação Cível nº 0213988-89.2009.8.26.0002).

E a alegação de que a autora não comprovou sua condição de modelo profissional, de forma que não faria jus a qualquer indenização pelos danos materiais sofridos, não merece prosperar.

Por primeiro, importa observar que, em contestação, a requerida não levantou dúvida acerca da atividade profissional exercida pela autora o que, em tese, torna a questão incontroversa. Não fora essa ausência de controvérsia, as testemunhas ouvidas em juízo confirmaram a atividade profissional desempenhada pela autora, tendo Ronaldo dos Santos Pavan, proprietário e diretor da agência de modelos Single Models, inclusive, confirmado o agenciamento da autora (fls. 127/128).

Apenas pequeno reparo merece a r. sentença no que tange ao valor indenizatório fixado.

No que se refere aos danos morais, cediço na doutrina e na jurisprudência que o valor deve refletir a reprovabilidade da conduta do ofensor sem, contudo, servir de estímulo ao enriquecimento sem causa do ofendido.

Em suma, a indenização do dano moral abrange o aspecto ressarcitório e punitivo, não devendo ser tão branda a ponto de se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

tornar inócua, nem tão pesada que se transforme em móvel de captação de lucro (Caio Mário da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Companhia Editora Forense, p. 318). E para que ela se dê de maneira justa, deve-se levar em conta critérios de proporcionalidade e razoabilidade na apuração do “quantum”, atendidas as condições econômicas e sociais do ofensor, do ofendido, bem como a extensão e a gravidade do dano.

Ponderando-se todos aqueles fatores e aplicando-os ao caso concreto, conclui-se que os 20 salários mínimos arbitrados pelo MM. Juíz *a quo* merecem redução. Razoável, assim, a condenação da ré ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da data do acórdão (Súmula 362 do STJ), acrescidos de juros moratórios que devem incidir a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

Os danos materiais, da mesma forma, merecem pequena redução.

Muito embora a autora tenha trazido orçamentos estimando o valor de seus serviços em cerca de R\$ 8.000,00, a ré, ao contrário do que consignado na r. sentença, trouxe outros orçamentos estimando referido serviço em cerca de R\$ 1.500,00. Dessa maneira, ausentes outras provas a pontuar, com precisão, o valor de serviço equivalente, se afigura mais razoável a fixação dos danos materiais na média aproximada dos orçamentos trazidos, isto é, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Do exposto, dá-se parcial provimento ao recurso.

JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS
RELATOR